



CIARI – Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais

www.ciari.org



O Império Português

por *Jorge Azevedo Correia*

Introdução

Ao encontrar-me com amigos, familiares, colegas, há assuntos dos quais fujo sempre. Portugal e a importância hodierna de suas tradições são assuntos dos quais se torna fundamental ter algumas piadas preparadas, com vista à fuga a qualquer conversa com maior profundidade. A forma lapidar como o “sistema histórico de valores portugueses” experimentado de mais cinco séculos, é rejeitado, nos dias de hoje, pelos que deveriam ser os principais interessados na defesa das suas virtudes, não pode deixar de ser motivo de análise do estado das coisas, de uma cada vez mais distante “realidade portuguesa”.

Assim, o nosso objectivo na tertúlia do CIARI dedicada ao tema O Império Português não deve ser senão uma análise do fim de um sistema de valores, que parece fugir da nossa existência presente, empurrado por uma falsa concepção do Presente e do Futuro, movido por novas e falsas fontes de legitimidade internacional.

Devemos então proceder a duas indagações fundamentais. O que foi, sob uma perspectiva trans-histórica e ideal o Império Português? Será importante compreender que fins materiais e espirituais visa esta entidade servir e preservar, de forma a ter se constituído como bandeira e sonho de gerações de portugueses, tanto de nascimento como de adopção.

Em segundo lugar compreender as causas do seu declínio, a queda do sistema de valores e sua substituição pelos ideais modernos e pós-modernos, de onde brotam os nacionalismos modernos, os internacionalismos, mais ou menos comunistas, os nacional-socialismos, mais ou menos fascistas, e os socialismos, mais ou menos vendáveis nos noticiários televisivos.

Em suma, visa-se a compreensão da “missão histórica portuguesa” e a comparação com o destino dos Impérios Novos que, por fim assumem a sua natureza.

Por fim devemos responder à pergunta, eterna, inelutável, com a qual se deparam todas as civilizações: Temos razões para sentir orgulho nos nossos mortos?

I. Impérios e Colonizações

1. A Ideia de Império

O conceito de Império, agarra-se às nossas mentes com “ismos” que são fruto das nossas curtas vivências do século XX. Toda a discussão política desse século¹ esteve relacionada com o estabelecimento de Ideias universais, de um mundo à escala global, que iriam solucionar a Humanidade, o que esteve, para o mal, quase a acontecer aquando da Crise dos Mísseis de Cuba.

Esta concepção de Império como imposição universal de uma ideia estruturante das comunidades políticas, é uma ideia provinda de uma interpretação da realidade política do Império Romano. A concepção descreve, por um lado o conceito, o *imperium*, a capacidade de “mandar” com recurso a sanções coercivas legítimas, por outro lado a realidade histórica, a capacidade de o *Imperator* impor a sua vontade em qualquer das áreas do mundo conhecido, surgindo para a posteridade o conceito de Império. Revela-se assim a separação do significado original do termo, o Poder, para um significado novo, Poder que se afirma como predominante em áreas culturais diversas, análise que, em si, já encerra uma pré-compreensão do objecto de estudo, que observa o Poder e a sua conformidade com área cultural, ou nação, a que pertence.

Presumir-se-á, então, essa inter-relação entre cultura e a existência de unidades políticas autónomas como constante e estruturante da história ocidental.

Decerto, na época medieval, será difícil encontrar tal estado-nação em qualquer lugar no mundo. A França e a Inglaterra, por exemplo, encontram dentro de si culturas e línguas díspares, rituais religiosos tão diferentes, que se poderia dizer que de países diferentes se tratariam². Contudo a unidade política destes países nunca foi referida como poder imperial, ou criticada como imposição ou destruição cultural, e não poderá ser considerada império, senão sob a concepção primordial de Poder. Da mesma forma, Portugal absorve povos e territórios árabes almôadas, com culturas absolutamente diferentes, facto que não torna a existência do povo português e do seu território um factor de injustiça no mundo.

A autonomia das entidades políticas europeias, até ao advento da época moderna, funda-se sobretudo sobre dois pilares, um espiritual e outro humano. O espiritual, baseado na fé cristã e nos seus ensinamentos, o humano, baseado nos variados *kosmion*, em várias estruturas em que se articulam os interesses seculares e morais dos povos, ligados pela história e pela concepção particular da Justiça.

Com a Era Moderna surgiram essencialmente dois fenómenos directamente derivados do triunfo da razão e da vontade, o internacionalismo e o nacionalismo moderno. Os internacionalismos, fundados na unidade do homem na razão, encaram as diversas unidades políticas como uma reminiscência arcaica dos tempos das “crendices religiosas”, agora vencidas pela ciência e pela técnica.

¹ Que começa em 1914, como afirmam historiadores como Hobbsbawm e Touchard.

² O gaélico, galês, escocês e irlandês, o provençal, o bretão.

2. A Legitimidade Contemporânea

A Modernidade, consagrada no domínio político pela Revolução Francesa instalou um sistema de valores que se tornaria oposto à Idade Média, consubstanciada na divisa “Igualdade, Liberdade, Fraternidade”. Todos os sistemas políticos modernos consagram estes três princípios, embora com as suas peculiaridades sendo a predileção por uma ou outra das virtudes apregoadas.

O Comunismo apregoando “a grande verdade” técnico-científica sobre os “ópios” religiosos ou a “mentira burguesa”, de essência capitalista, em que o nacionalismo e uma forma de preservação dos privilégios de classe, através de uma falsa ideia de amizade entre os nacionais de um país, desvirtuadora da igualdade entre todos os homens, sumo destino da humanidade. Através da imposição desta concepção, que se aplica a todos os homens, em abstracto, se consagra a religião política Igualitária, ideário que se constitui essencialmente na unidade da raça humana no “valor trabalho”, sendo, portanto, a divisão dos homens em unidades políticas uma reminiscência arcaica e a ultrapassar quando possível.

Os sistemas liberais, preconizadores da virtude da Liberdade, fruto da mesma era moderna encaram de forma bastante díspar a questão da legitimidade das unidades políticas no sistema internacional. A ênfase conferida a questão das autonomias políticas decorre essencialmente da radicação do seu sistema de valores na vontade, expressão máxima da Liberdade. Este apelo a vontade, facilmente observado em tão diferentes obras como a análise de Renan sobre o “problema nacional”, ou nos célebres pontos de Wilson, de importância estruturante no século XX. Em ambos os textos as referências às tradições políticas dos países são depreciadas em detrimento dos projectos de libertação nacional, muitas vezes mais ficcionais do que comunidades concretas com culturas políticas próprias. Neste contexto de legitimação internacional surgem casos como a união Jugoslava, Checoslovaca, a “restauração” irlandesa, as emancipações africanas e asiáticas...

Por fim, os ideais da fraternidade, que se traduziram nos corporativismos e organicismos do século XX, onde a coesão das entidades políticas se constitui como preocupação primordial dos regimes, que se revelam nos regimes conservadores, tradicionalistas, fascistas, numa mescla de tal complexidade que se torna difícil em tão pouco espaço referir todas as suas cambiantes nacionalistas, irridentistas, imperialistas, separatistas, milenaristas, etc., ideais que nunca se chegaram a afirmar como estruturantes do sistema internacional mundial.

Mesmo após a consagração da legitimidade democrática se realizaram os princípios legitimadores proclamados.

Veremos no seguimento da nossa análise os problemas do Império Português e os seus problemas pela não inserção em qualquer um destes blocos globais.

II. O Império Português

Com o auxílio da teoria de Gianbattista Vico podemos estabelecer uma tentativa de compreensão abrangente do Império Português, procurando nele o que existe de ideal e decadente para melhor compreender os princípios essenciais da sua acção. Utiliza-se assim a teoria da *Scienza Nuova* para a compreensão das três fases das sociedades humanas: Idade dos Deuses, formação dos valores sociais, Idade dos Heróis, em que as elites dominam as classes inferiores e asseguram a existência segundo os princípios estabelecidos, e a Idade dos Homens, momento de revolta das classes inferiores, demanda de direitos individuais segundo perspectivas abstractas.

1.A Idade dos Deuses

Durante a existência da expansão portuguesa e a formação do Império estabeleceram-se relações sociais e toda uma estrutura que assentava essencialmente num domínio moral. Releve-se, contudo, o frequente carácter heterodoxo do catolicismo português, que assenta sobretudo na crença franciscana³ e nos ritos do culto do Espírito Santo⁴, que se constituíram numa sub-divisão nacional do catolicismo, uma religião nacional. Poder-se-á afirmar que a Idade dos Deuses portuguesa compreende essencialmente a formação dos mitos estruturantes da crença religiosa-política nacional, como o sebastianismo, o culto do Infante Santo, da Rainha Santa, dos Santos Missionários, do Povo Português, do Santo Condestável, como factores históricos importantes para a realização do reino de Cristo na Terra.

Por seu turno as relações de interdependência entre a Santa Sé e Portugal cimentam-se sobretudo em dois pilares: missão e Ordem de Cristo.

A religião católica, de travo romano, praticada na corte, não sendo incompatível com a forma popular/nacional, permitia uma adequação do culto aos propósitos expansionistas da Santa Sé, e que não existissem com a Igreja Portuguesa conflitos doutrinares insolúveis. Assim, ambas pugnavam pela expansão da fé, e pela tentativa de reconciliação com as comunidades cristãs perdidas no Oriente, na qual a reinserção dos Nestorianos⁵ no seio da Igreja Católica, concedeu à Coroa Portuguesa muitos benefícios.

É pela anteriormente referida relação entre o Bem Comum, ou Ideia Nacional e o Ideal Católico que se revela a indissolubilidade das duas como fulcro do expansionismo português, conseguida pelo heroísmo exemplar de homens como João Fernandes, o escudeiro do Infante D. Henrique⁶.

Sabendo-se esse o ideal, é necessário que se constate também o circunstancial, as acções desvirtuadoras do Ideal Português. A cobiça, a tentativa de enriquecimento fácil, as influências externas e castelhanas, resultaram em atropelos à justiça da acção portuguesa. Será o símbolo do fim da época áurea dos descobrimentos⁷, o advento da supremacia do lucro sobre o espírito cristão da Coroa Portuguesa, tão bem retratado

³ Franciscanismo: valores sociais, populares, rebeldia. Consagrado no culto da Rainha Santa. Oposição ao poder pontifício.

⁴ Decorrência franciscana, unicamente português, Imperador o povo português, ungido pelo Espírito Santo. Daí provém a ideia das Misericórdias e dos Hospitais das Ordens.

⁵ Comunidades fundadas por S. Simão e S. Judas Tadeu na Arábia e Mesopotâmia.

⁶ Deixado no meio dos azenegues do Cabo Branco, estabelece o comércio e ganha a afeição das populações, o que se tornará paradigmático do bom português.

⁷ O soldado no túmulo de Albuquerque. Cortesão III p.

pelo heroísmo literário popular de Fernão Mendes Pinto e criticado pelo “Soldado Prático” de Diogo do Couto.

Mais exemplos desta relação de proximidade são dados pelos fins civis da Ordem de Cristo e pelas várias atribuições de indulgências aos heróis ultramarinos portugueses.

2. A Idade dos Heróis

O rito de passagem da Idade dos Deuses para a Idade dos Heróis encontra-se no momento simbólico da morte de Portugal, a perda da Independência Nacional. A destruição da frota portuguesa no malogro da “armada invencível” e a sustentação das guerras castelhanas na Europa depauperaram a administração portuguesa do Reino, o povo em favor dos interesses castelhanos de domínio europeu⁸.

A Ressurreição Portuguesa dá-se em condições que impedem o recuperar da sua anterior grandeza, pelo intenso ataque das forças holandesas e britânicas às possessões portuguesas no Pacífico e no Índico, e pela recusa da Santa Sé em apoiar a causa portuguesa pela união estabelecida com a monarquia espanhola, Portugal só a custo de enormes concessões consegue legitimar a sua posição autónoma⁹.

É neste período que a mitologia nacional ganha peso, nas elites e no povo, e que se forja um *ethos* português, um “governo dos mortos”¹⁰. O Império cobre-se de um manto de idealidade divina cristã, constitui-se como Ideia autónoma, motriz e completa da existência do “ser português”¹¹. Daí se compreende a explosão cultural nacionalista pelo regresso da leitura de “Os Lusíadas”, a criação histórico-literária “Monarquia Lusitana” e o seu carácter gnóstico, e as apologias da cultura popular portuguesa do “Florilégio” à “Corte na Aldeia” de Rodrigues Lobo.

A restante história portuguesa não é senão a oposição entre a Ideia Portuguesa, a necessidade de “cumprir Portugal”, essa missão no mundo, e os “cantos de sereia” do lucro sem trabalho, da acção lucrativa sem espírito, da insubmissão ao que lhe é exterior, como a moral e as instituições. A perda dos lucros da prata e do comércio, com cada vez mais perigos e concorrentes, gerou a oposição anti-portuguesa, em Portugal, que, aliada ao germen do Iberismo semeado na Terceira Dinastia, se constituiu como força opositora do projecto nacional pelos séculos seguintes, até aos nossos dias.

Inteligentemente o Republicanismo Português soube suprir a sua ausência de novidades ideológicas¹² com a adopção dos ideais nacionais. Assim se entende que o período 1910-1926 seja de fortes crenças no destino nacional. O movimento aproveitou-se do *Ultimatum* para atacar a monarquia da desmoralizada nação e criar a ideia patriótica da república como “advento sebastianista”¹³.

⁸ Não obstante o primeiro período não ter sido completamente mau, manutenção da independência das instituições e do Reino, as posteriores vieram contra o interesse português.

⁹ O dote de D. Catarina de Bragança a Carlos II consistia sobretudo na cedência de Tânger e Bombaim, posterior à perda de Ormuz às mãos das forças Persas e Britânicas em 1654, no período republicano inglês. A paz com os holandeses havia sido um mero pró-forma e havia custado a renúncia às antigas possessões.

Com os espanhóis deu-se uma restituição de cativos e fronteiras com a perda de Ceuta, por um nobre leal a Filipe III. Ser inimigo de Portugal era de facto o mais rentável e por isso não conseguimos estar em Uestefália.

¹⁰ Sardenha e Maurras.

¹¹ Salazar.

¹² Nada os diferenciava dos monárquicos, aparte do positivismo, que não colhia entre o povo.

¹³ Destruída pelo miserável compromisso constitucional de 1911.

O “desejado” revelar-se-ia posteriormente na defesa do “bem comum” e da missão histórica portuguesa, na salvaguarda dos perigos do século XX, na estabilização da situação económica e política, no combate às religiões políticas, fascismo, comunismo e capitalismo-liberal, na celebração das tradições portuguesas, na protecção dos costumes das comunidades não-europeias.

O “sorvedouro” público em que se tornou o Ultramar Português é bem demonstrativo de que o idealismo que movia os homens de então, o respeito pelos “maiores”, era mais importante que os lucros.

3. A Idade dos Homens

O estabelecimento da Democracia Portuguesa encerra em si contradições que ilustram a contraposição anteriormente descrita entre a acção portuguesa e a sua oposição.

É de estranhar que tenham sido governos provisórios, desprovidos de qualquer legitimidade democrática, a renunciar aos direitos e deveres portugueses, a entregar as colónias sem uso dos meios democráticos -meios de consulta às populações- com a perda de tudo o que fora construído. A democracia terminava onde se sentia a presença de Carlucci. A desonra da retirada foi apagada por uma ideia falsa de que as Guerras estavam perdidas¹⁴. O racismo substituiu o multi-racialismo, com as UPAS, as importadas Negritudes, as chacinas e roubos aos que durante séculos os empregaram, inseriram e cultivaram num modo de vida mais completo que as suas existências tribais. Pouco interessava que, nos alvares das Guerras Civis, pretos se juntassem aos brancos no êxodo, no regresso aos, agora, “estreitos muros da casa lusitana”, contribuindo para a utopia de um Portugal moderno, impossibilitada pela amputação do seu, parco e laborioso, sustentáculo. As colónias eram finalmente africanas e não atlânticas, frágeis e penetráveis ao domínio das, há muito pressionantes¹⁵, empresas extractoras, ignorantes a tudo que não lucrativo.

Por fim, bastaram meia dúzia de “côboiadas” e de livros franceses, para vencer uma construção quase milenar, o que, ao dizer pouco dos mortos, revela muito acerca dos vivos e dos “gabarolas” de Abril¹⁶.

Os ideais socialistas anteciparam-se à democracia¹⁷. O povo teve oportunidade de reformar, democratizar, aburguesar, mas nunca de ser português.

Os ideais liberais/socialistas democráticos, agora triunfantes, revelam a degenerescência moral da sociedade, no seu apego ao bem-estar material, no apelo vazio à diferença contra a coesão, na instauração da trivialidade ética do pós-guerra¹⁸ e no ideal da Paz¹⁹, ainda que a custo do que é venerável e inegociável²⁰.

¹⁴ O que será apenas o caso da Guiné.

¹⁵ A guerra movida pelos EUA nos palcos de debate internacionais.

¹⁶ Cobardia, acefalia, imitação do estrangeiro em lugar da interpretação das necessidades da comunidade.

¹⁷ Todas as medidas importantes foram tomadas na Ditadura do PREC. Os partidos de “direita” foram ilegalizados como o PL, o PDC, o Partido Nacionalista..

¹⁸ MacIntyre.

¹⁹ Tornada um mero estado de não-guerra.

²⁰ Num relativismo que torna a lei uma mera preservação de esferas de acção e não de justiça superior.

III. A Assimilação Cultural Portuguesa

A história ultramarina portuguesa encontrou em si um conflito latente, um conflito provindo da sua própria essência civilizadora.

A política de assimilação opunha-se à compreensão da missão portuguesa como protecção e salvaguarda das comunidades tradicionais.

A primeira, fruto do Iluminismo liberal, ao considerar a unidade de todos os homens na razão e a lei como decorrência dessa mesma razão, tendeu a não considerar as diferenças reais entre os homens, encontrados em diversos estados e circunstâncias geográficas e culturais. A razão geométrica é igual para todos, independentemente dos condicionalismos, a lei, vigente em todo o lugar, tempo e modo. Este período, excepcional na história portuguesa, compreendido entre 1820 e 1910, é incrivelmente mal sucedido, pelas dificuldades de policiamento efectivo das comunidades africanas. A aplicação das leis nacionais aos nativos é infrutífera.

A estratégia seguinte será a criação de legislação que permite a coexistência dos valores civilizacionais missionários, com as tradições autóctones, retomando assim as políticas de cooperação e protecção das comunidades tradicionais nativas. Essa havia sido, aliás, a tradição portuguesa, dos séculos XV ao XVIII, em grande parte de seus domínios, permitindo a estabilidade do comércio, dirimindo conflitos e abusos das tribos²¹. Relembre-se a existência de inúmeros territórios portugueses que tradicionalmente eram territórios de administração indirecta, aliados, protectorados ou colónias tributárias. Por influência de homens como Freire de Andrade, António Enes ou Paiva Couceiro, gerou-se um movimento de fundo de descoberta dos costumes africanos com o intuito de aprofundar as relações de adaptação das populações africanas e europeias e que irá constituir-se como essencial na política ultramarina da Primeira e Segunda Repúblicas.

O Estatuto do Indigenato é, portanto, uma tentativa de coexistência entre a assimilação e preservação das formas de existência humana que em África achámos, deixando às comunidades indígenas a decisão de sua incorporação ou não nos costumes europeus. Desse isolamento voluntário das populações africanas e dessa preocupação com a manutenção das estruturas sociais tradicionais se explicam os baixos índices de assimilação dos últimos anos do Império, em contraponto com as perspectivas espanhola e anglo-saxónica, de integração forçada ou de extermínio.

²¹ Como ilustram os exemplos do Reino do Congo e do Gungunhana.

IV- Breve Epílogo- Em jeito de resposta

Tentei, ao longo da minha intervenção, explanar as razões da queda do Império Português. Fi-lo, como podem observar pela leitura, do muito mais extenso, texto integral, que por razões óbvias não li.

Desta forma, tentei demonstrar que o fim do projecto mundial foi, muito mais que material, um decréscimo da adesão aos princípios que sustinham o projecto normativo e moral do Império. Por falta de tempo não foram analisadas estas razões, mas o texto integral comporta observações a esse respeito.

Sintetizei, em três questões e num pedido, aquilo de que foi impossível referir na passada Tertúlia.

A) O projecto Imperial Português como Essencialmente Civil

A afirmação, trazida à discussão por Eduardo Currito, do carácter religioso do Império é da máxima importância, não obstante a visão estar desfocada pela observação de autores estrangeiros, certamente desconhecedores dos intrincados problemas da cultura portuguesa medievá.

Com efeito, a unidade religiosa e espiritual do Reino pré-Expansão, é uma ficção, talvez ingénua, mas que é facilmente verificada pela influência cultural judaica, árabe e moçárabe, pela manutenção de direitos de propriedade dos *mudéjares*, pelos cargos importantes desempenhados por judeus e moçárabes²².

Revela-se assim um traço essencial da cultura e nacionalidade portuguesas. A formação do “ser português”, uma mescla de hábitos moçárabes, teoria judaico-cristã, finalidades espirituais clássico-cristãs. A importância destes hábitos interculturais constituir-se-á como fundamental na expansão e na realização espiritual do Império e na sua utopia messiânica, o V Império, realização mundial do “ser português”, ideal de Humanidade.

A incompreensão frequente dos conceitos de “revolução espiritual”, inclusos na Utopia Portuguesa, conduziu aos momentos em que Portugal se prejudicou, manchando a sua história. As perseguições aos judeus e jesuítas fazem parte do advento da Modernidade, movimentos gnósticos de realização do “Reino de Deus na Terra”, origem dos movimentos seculares racionalistas totalitários, jacobinismo, fascismo e comunismo²³.

B) Racialidade e a Concepção Portuguesa

Como esclarecido na proposta da alocução, o que se descreveu foi a idealidade da normatividade. A lei portuguesa e a estrutura de Poder, como paradigma da acção portuguesa, são o foco da análise.

Como alertei anteriormente, é fundamental compreender que a imperfeição dos homens se revela frequentes vezes no desrespeito pela normatividade. Assim, são frequentes os casos de desrespeito pela lei, por parte de particulares e, por vezes, autoridades oficiais. O caso de S.Tomé é assaz revelador deste problema. Frequentes vezes a PVDE ou a

²² O próprio Alfonso VI, avô de Afonso Henriques, havia vivido nos territórios árabes, segundo os costumes árabes e tinha mesmo um filho de uma sarracena. O governador da Coimbra portugalense era Sesnando, moçárabe. O almoraxarife-mor de D.Afonso Henriques era judeu e sua família manteve os préstimos à Coroa durante muitos anos.

²³ Ver a magistral obra de Eric Voegelin “The New Science of Politics” e a erupção da filosofia moderna como uma “imanentização da escatologia cristã”.

PIDE/DGS, a polícia local, os representantes fechavam os olhos a deportações forçadas, trabalhos forçados, homicídios. Os motivos dificilmente serão considerados racistas. Antes, deverá certamente considerar-se a motivação económica como primordial nesses vis atropelos da legislação e moral²⁴, sobretudo pelo aproveitamento das dificuldades culturais dos indígenas, impeditivas de apelos às estruturas jurisdicionais que os deveriam proteger, e das condições económicas das tribos indígenas. Estas condições, que embora tenham melhorado substancialmente sob a administração portuguesa, eram muito inferiores aos das populações metropolitanas, fragilizando as populações²⁵. Contudo, uma pessoa em condições de pobreza e iliteracia em Lisboa, poderia afirmar o mesmo tratamento, desprezo ou humilhações, em virtude da sua condição social.

O que não se poderá dizer, certamente, é que essas práticas imorais eram, de qualquer forma, encorajadas ou toleradas pelo Estado Português²⁶. A compreensão das diferenças entre as várias populações foi uma conquista e um regresso a uma muito ambicionada estrutura, onde se mantiveram os direitos colectivos e individuais das populações tradicionais africanas.

Deve, neste ponto, evocar-se a memória de portugueses como Honório Barreto (descendente de escravos chegou a Governador Geral de S.Tomé e Guiné), Alfredo da Costa (obstetra goês), o Prof. Gama Pinto, D. Aleixo da Corte Real (herói da África Portuguesa) ou Roberto Duarte Silva (químico São-Tomense), que com labor e génio contribuíram para o bem nacional e para a compreensão da igualdade inter-racial da nação.

C) Elites Portugesas

A vulgata da História Portuguesa encerra em si um determinado número de “chavões”, destinados a glorificar ou engraxar os “homens e as massas”, de forma a criar uma falsa ideia de Portugal como país democrático ou popular através dos séculos. Esta ideia encerra em si um fundo de verdade, que não pode ser considerada como a totalidade da realidade. A “Traição das Elites” constitui-se como, essencialmente, factor propaganda burguesa ou republicana.

Observa-se que não existiu uma continuidade histórica nas elites portuguesas. A nobreza europeia da primeira dinastia é, quase na totalidade substituída por ricos-homens, no início da segunda dinastia, com o triunfo da revolta popular de 1383-85. A nobreza portuguesa manteve posteriormente esse cariz aberto, tornou-se uma recompensa por serviços à Coroa, aberta a todos os estamentos sociais. Por esse facto albergou gente de todos os quadrantes e de grande latitude de costumes, nunca se

²⁴ Refira-se que apesar de não concederem cidadania aos indígenas portugueses, estes dispunham da protecção da lei, era-lhes concedida personalidade jurídica, o que, pela ausência de direitos políticos reais no Estado Novo, os equiparava aos cidadãos.

²⁵ Não passa pela cabeça de ninguém que os africanos recebessem subsídios para serem iguais economicamente. Nem passa, também, pela cabeça de ninguém de bom-senso, ou educado nos ideais tradicionais portugueses, destruir os lares familiares com vista à educação em escolas europeias das crianças nativas africanas. As diferenças económicas existiam e ainda existem nas colónias independentes.

²⁶ No Portugal de hoje existem homicídios, que apesar de tipificados por lei não são punidos. Culpar a colectividade por esses desvios comportamentais parece irrazoável. Mesmo quando envolvidas individualidades estatais no encobrimento ou nos actos, consideramos os indivíduos corruptos e temos, forçosamente que ilibar a colectividade. O mesmo se passa em relação ao racismo em Portugal.

constituindo como um estamento social com interesses e costumes próprios, separados da classe dos ricos-homens, como acontecia por toda a Europa²⁷.

Poder-se-ia estabelecer então uma dicotomia quase marxiana entre ricos e pobres, mas esta não sobreviveria a análise da Restauração da Independência. Esta provocou cisões na nobreza e na burguesia. Não existia um interesse comum à classe, nem uma consciência moral unívoca. Uns pelo poderio espanhol e os seus benefícios económicos, outros pelo patriotismo e contra a exaustão dos recursos portugueses em conflitos de pouco interesse nacional. Os “grandes” não constituíam uma unidade que lhes permitisse serem classe, para o bem e para o mal. Da mesma maneira estas classes nunca poderiam ter traído o povo, uma vez que a “arraia-miúda” se encontrava em total estado de apatia, conformado com o domínio espanhol²⁸.

Já no século XX, a reacção ao Estado Novo, apesar de socialista, não proveio das classes populares. Mário Soares e Álvaro Cunhal poderão ser considerados tudo, menos proletários. Eram, de facto, membros da burguesia superior, e, com a soberba de quem vê mais além que a exígua perspectiva da sua terra, proclamaram os ideais estrangeiros de desmobilização geral da Nação. Do outro lado a mesma “classe alta” era o sustentáculo do Regime e compreendia os valores nacionais e a necessidade económica e moral do Império.

Por fim, o pedido ao CIARI, seria o de realizar uma Tertúlia dedicada aos “Valores Portugueses - Projecção Histórica do Futuro de Portugal”, de forma ao esclarecimento de questões saídas da última tertúlia, que teria o intuito de compreender a utilidade de Portugal e da moralidade portuguesa no séc. XXI.

Jorge Azevedo Correia

²⁷ Em Portugal a tendencia municipal sempre foi mais forte do que a feudal, daí a quantidade de forais concedidos pelo Rei, em contraponto com as sociedades feudais. A relação imediata Rei-Povo predominava. A nobreza não era mais que um instrumento do bem-comum da Coroa.

²⁸ O que veio posteriormente a corrigir, com estóica aceitação de pesados tributos, com vista ao rearmamento para a defesa da nação. O povo esperava ser conduzido.